

Eleitos podem resistir à antecipação

A disposição manifestada pelo presidente Fernando Collor, em reunião com ministros e dirigentes de estatais, de antecipar a reforma constitucional, deverá encontrar resistência de vários futuros governadores, entre os quais, além de alguns governistas, os de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Muitos congressistas são também contrários à antecipação.

Para os governadores recém-eleitos — ao que revelou ao **Jornal de Brasília** um assessor do governador paulista Orestes Quêrcia — o objetivo aparente de Collor, no caso de reforma da Constituição, é mudar os critérios de distribuição da receita tributária da União, a fim de aumentar a caixa do Governo Federal, em detrimento dos Estados e municípios.

Pelo que este assessor de Quêrcia deu a entender, “o Governo Federal gostaria de voltar ao regime da carta constitucional anterior, que colocava os Estados, os municípios e o Distrito Federal em situação de indigência, diante da União”.

Dificuldades

O presidente precisará do apoio de três quintos da representação parlamentar.

Os estados que, segundo a assessoria de Quêrcia, se oporão à proposta presidencial, dispõem, somados, na próxima legislatura de 229 congressistas. Portanto, os novos governadores estão muito próximos do número de 234 congressistas, com os quais poderão vetar qualquer tentativa de reforma constitucional de que discordem.

O senador Marco Maciel acha que é prematuro condenar a Constituição em vigor, visto que menos de 80% de seus dispositivos foram regulamentados.

Quem reflete o pensamento dos parlamentaristas é o senador Mário Covas, que também acha difícil a implementação daquele sistema de governo, sem que antes da reforma constitucional de 1993, os defensores do parlamentarismo possa explicá-lo amplamente aos brasileiros.

O deputado Miro Teixeira no entanto, faz restrições de ordem jurídica à idéia da precipitação dessa reforma. Acha ele que a vontade dos constituintes de 1988, ao fixar a data do reexame da Constituição, não pode ser descumprida. “Se admitíssemos a hipótese de antecipação, poderíamos, portanto, em tese, aceitar também a idéia de adiamento da reforma, com o que faríamos tábula rasa da Constituição”.

Receios

Mas alguns dos futuros governadores, que refletem as preocupações políticas de seus antecessores — como é o caso de Fleury, de São Paulo, segundo o assessor de Quêrcia — acham insustentável politicamente a tese da reforma constitucional feita antes do tempo, sob o pretexto de que em 1993, o ano que antecede às eleições presidenciais, as paixões sucessórias atrapalharão ou determinarão as mudanças ditas modernizadoras. Na opinião desse assessor, estando no início do governo, o presidente Collor dispõe de mais poder de influência sobre o Congresso do que em 1993. Assim, todas as teses políticas que lhe convenham — como a idéia de se permitir a reeleição presidencial — poderiam viabilizar-se com mais facilidade agora.

Alguns políticos, como o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), entendem que o governo, ao precipitar o debate das reformas constitucionais, estará erguendo uma cortina de fumaça, para encobrir a crise econômica. Outros, no entanto, receiam, abertamente, que tais discussões acabem por propiciar a deflagração de um golpe contra as instituições democráticas.